



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 25/2021 PRESI/GAPRES

A DESEMBARGADORA DENISE CASTELO BONFIM, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas, nos termos do artigo 19, incisos LV e LVII do Regimento Interno, tendo em vista o disposto no artigo 18, § 2º; artigo 54, caput e inciso III; artigo 55, inciso I, alínea "a" e § 2º, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, **RESOLVE**:

Art. 1º Tomar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente **janeiro a dezembro de 2020** e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXEC (Últimos 12 M LIQUIDADAS)							
	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20
	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.310.685,86	3.264.502,33	3.322.448,85	3.361.769,10	3.334.619,51	3.173.241,32	3.193.181,40
Pessoal Ativo	3.699.913,73	2.836.352,76	2.899.840,97	2.939.161,22	2.912.011,63	2.750.633,44	2.770.573,52	2.864.011,33
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3.319.091,24	2.446.367,91	2.414.068,95	2.448.707,27	2.420.870,29	2.357.593,90	2.383.212,19	2.469.911,33
Obrigações Patronais	380.822,49	389.984,85	485.772,02	490.453,95	491.141,34	393.039,54	387.361,33	394.100,00
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	610.772,13	428.149,57	422.607,88	422.607,88	422.607,88	422.607,88	422.607,88	422.607,88
Aposentadorias, Reserva e Reformas	447.107,09	319.039,55	313.497,86	313.497,86	313.497,86	313.497,86	313.497,86	313.497,86
Pensões	163.665,04	109.110,02	109.110,02	109.110,02	109.110,02	109.110,02	109.110,02	109.110,02
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	610.772,13	428.149,57	442.226,27	422.607,88	423.472,57	425.887,04	422.607,88	422.607,88
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	19.618,39	-	864,69	3.279,16	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	610.772,13	428.149,57	422.607,88	422.607,88	422.607,88	422.607,88	422.607,88	422.607,88
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.699.913,73	2.836.352,76	2.880.222,58	2.939.161,22	2.911.146,94	2.747.354,28	2.770.573,52	2.864.011,33

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	

FONTE: SIAFI/TESOURO GERENCIAL, COFIC/SOF/TSE e SECON/COFIN/SAO/TRE-AC. Data da emissão: 22/01/2021 e hora de emissão: 18:30.

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição – versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercício em curso, podem existir atualização de valores publicados nos demonstrativos do 1º e 2º quadrimestre de 2020 (Jan/20 a Ago/20).

3. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 660, de 22 de janeiro de 2021

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrig. Financeir. (e)
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	11.293.959,82	15.806,99	354.009,18	2.241,62	1.
Recursos Ordinários	11.293.959,82	15.806,99	354.009,18	2.241,62	1.
0100 - Recursos Ordinários	11.293.959,82	15.806,99	354.009,18	2.241,62	1.
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	92.774,25	-	1.437,45	-	14.
Recursos Vinculados ao RPPS	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-
0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Outros Recursos Vinculados	92.774,25	-	1.437,45	-	14.
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	76.263,61	-	1.437,45	-	-
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	1.735,00	-	-	-	-
0151 - Recursos livres da Seguridade Social	-	-	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-
0190 - Recursos Diversos	14.775,64	-	-	-	14.
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I+II)	11.386.734,07	15.806,99	355.446,63	2.241,62	16.

FONTE: SIAFI/TESOURO GERENCIAL, COFIC/SOF/TSE e SECON/COFIN/SAO/TRE-AC. Data da emissão: 22/01/2021 e hora de emissão: 18:30.

Notas:

- O modelo estabelecido na 10ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos.
- Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a R\$ 11.151.051,62.
- Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado a receber no montante de R\$ 11.151.051,62.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	651.943.266.031,15

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	39.547.229,65	0,006066
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	55.010.972,79	0,008438
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	52.260.424,15	0,008016
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	49.509.875,51	0,007594

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	10.935.777,13	61.428,24

FONTE: SIAFI/TESOURO GERENCIAL, COFIC/SOF/TSE e SECON/COFIN/SAO/TRE-AC. Data da emissão: 22/01/2021 e hora de emissão: 18:30.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO
 AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

R\$ 1,00

DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)
44.978.426,23

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	5.431.196,58
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	39.547.229,65

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			651.943.266.031,15	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100			0,006066%	
			% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III		0,008462%	55.167.439,17
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente: Portaria TSE nº478, de 26 de setembro de 2005	0,008454%	55.115.283,71
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente: -	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente: Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,008438%	55.010.972,79
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015		-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Rio Branco, 25 de janeiro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Denise Castelo Bonfim, Presidente**, em 25/01/2021, às 10:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0403778** e o código CRC **DD61799C**.